

(Tradução)

**Governo da Região Administrativa Especial de Macau
da República Popular da China
Linhas de Acção Governativa
Ano Financeiro de 2003**

Índice

INTRODUÇÃO.....	2
PRIMEIRA PARTE – Balanço das acções do Governo da Região Administrativa Especial de Macau realizadas no ano 2002	4
1. Realização gradual e ordenada da reforma administrativa e elevação da qualidade do serviço público	4
2. Aceleração da recuperação económica e condições de investimento mais favoráveis	6
3. Emergência de um novo panorama no âmbito das infra-estruturas e desenvolvimento das relações com o exterior	7
4. Melhoria da qualidade de vida, estabilidade e ordem social.....	8
5. Em conclusão.....	10
SEGUNDA PARTE – Prioridades da acção governativa do Governo da Região Administrativa Especial de Macau para o ano 2003	13
1. Implementar o plano de desenvolvimento económico e promover as actividades económicas e o emprego.....	13
2. Intensificar a cooperação regional e promover a eficácia das relações com o exterior	18
3. Dar continuidade às acções da reforma administrativa e elevar a qualidade dos serviços prestados à população.....	22
4. Rever o rumo de desenvolvimento do sistema educativo e consolidar as bases da cultura humana	25
TERCEIRA PARTE –Juntos defenderemos os interesses gerais e juntos caminharemos para a modernidade	30
CONCLUSÃO	37

**Governo da Região Administrativa Especial de Macau
Da República Popular da China
Linhas de Acção Governativa
Ano Financeiro de 2003**

**Chefe do Executivo Ho Hau Wah
20 de Novembro de 2002**

Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Legislativa,
Excelentíssimos Senhores Deputados:

Venho, hoje, a esta nobre Assembleia, reunida em plenário para, em representação do Governo da Região Administrativa Especial de Macau, apresentar as Linhas de Acção Governativa do ano financeiro de 2003, em cumprimento do disposto na Lei Básica.

INTRODUÇÃO

Nestes quase três anos, a Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), sob a égide dos princípios básicos de “um país, dois sistemas”, “Macau governado pelas suas gentes” com alto grau de autonomia e na sua prática quotidiana, tem procurado adaptar-se às transformações, esforçar-se para abrir novos rumos com base no que foi consolidado e desenvolver-se na estabilidade. Hoje, a RAEM recuperou as suas energias numa primeira fase e definiu claramente o seu papel e objectivos, tendo entrado num novo estádio de crescimento. Esta nova situação veio a trazer desafios e oportunidades, experiências e confiança. A RAEM soube tirar partido das suas vantagens, com vista a alcançar a meta do progresso, aproveitando as oportunidades presentes e perspectivando o futuro com a capacidade de adaptação e a criatividade que lhe são próprias.

No decurso deste ano, a abertura da economia representou um ponto de viragem na história de Macau, tendo não só fomentado a recuperação das forças vitais da sociedade, como também fazendo da recuperação a nova força motriz para o seu contínuo desenvolvimento. O Governo da RAEM cumpriu integralmente as medidas adoptadas para apoiar os cidadãos em dificuldades, tendo alcançado progressivamente os resultados pretendidos. Os diversos trabalhos quotidianos do Governo prosseguiram conforme o plano delineado e em relação a uma grande parte destes trabalhos conseguiu-se um avanço estável, com cumprimento pleno dos objectivos definidos. Com os primeiros sinais de melhoria das condições de vida e com a definição preliminar das perspectivas para o futuro da RAEM, aumentou a autoconfiança dos cidadãos, criando um novo estado de espírito, factos estes que trouxeram um maior estímulo e apoio às políticas do Governo.

No próximo ano, a RAEM continuará a prosseguir na senda da recuperação, com os olhos postos nos objectivos programados. O progresso e o desenvolvimento sociais irão eliminar ideias desactualizadas e práticas obsoletas da sociedade. Por isso, a coragem para se renovar, acompanhar a evolução dos tempos e crescer de forma integral constituirá, indubitavelmente, a característica fundamental do sucesso das gentes de Macau, levando-as a desenvolver as potencialidades que lhes são próprias. Este factor será a principal linha de força das políticas do Governo da RAEM. No ano de 2003, o Governo irá, sem desfalecimentos, dar continuidade às acções governativas anteriormente definidas e empenhar-se nos diversos trabalhos em curso, procurando alcançar maiores resultados e aperfeiçoar os aspectos que apresentam insuficiências. Iremos, também, dar maior importância à abrangência e previsibilidade das políticas do Governo, dando especial atenção ao desenvolvimento harmonioso de toda a sociedade e, simultaneamente, estabelecer bases mais sólidas e alargadas para o futuro de Macau.

PRIMEIRA PARTE – Balanço das acções do Governo da Região Administrativa Especial de Macau realizadas no ano 2002

Senhora Presidente,

Senhores Deputados,

Permitam-me que comece por fazer uma breve retrospectiva do trabalho do Governo da RAEM no ano de 2002.

1. Realização gradual e ordenada da reforma administrativa e elevação da qualidade do serviço público

A reforma administrativa é uma missão que exige a sinergia de esforços do Governo e de toda a população. Ao longo do ano, o Governo, com o apoio e colaboração da população, desenvolveu e intensificou mecanismos que permitiram à sociedade civil o exercício de uma fiscalização atenta sobre os vários níveis da Administração, contribuindo para a melhoria do seu desempenho. Para além da implementação nos diversos serviços públicos do mecanismo específico de tratamento de queixas, opiniões e sugestões dos cidadãos, foram também criadas estruturas consultivas especializadas vocacionadas para servir de ponte entre o Governo e a sociedade civil, com vista à formação da massa crítica necessária à promoção da reforma da Administração Pública.

O sentido fulcral da reforma administrativa consiste na vontade de satisfazer as necessidades e respeitar os sentimentos dos cidadãos. A reforma que temos em mente tem de servir para promover a humanização e a personalização dos serviços públicos e elevar a qualidade de vida da sociedade em geral. Um dos principais objectivos da reforma administrativa é estimular o espírito de equipa junto dos servidores públicos. Acreditamos que a consciencialização dos trabalhadores da Administração Pública é um instrumento essencial para garantir melhores serviços à população. No ano

transacto, os resultados do desenvolvimento do serviço “Loja do Cidadão” foram evidentes. Também nos diversos organismos foi levado a efeito o intercâmbio e partilha de conhecimentos no âmbito do novo conceito de prestação de serviço – a “Carta de Qualidade” e sua implementação. Os nossos juristas desenvolveram os seus trabalhos especializados num espírito de complementaridade profissional e intercâmbio técnico, contribuindo para elevar a qualidade das tarefas da área jurídica.

Procurando estender a filosofia do programa “Carta de Qualidade” para outras áreas, o Governo estabeleceu um plano organizado de revisão de diplomas, clarificando a sua linha de orientação. De acordo com os critérios de prioridade, o Governo decidiu colocar em primeira linha, os trabalhos de revisão de diplomas relacionados com a reforma administrativa, designadamente o regime jurídico da função pública.

Neste último ano, chegou ao seu termo, com sucesso, o primeiro curso de formação, na história de Macau, destinado a todos os quadros médios e superiores da Administração. Organizámos, também, cursos específicos de formação profissional nas áreas jurídica e judicial, a fim de elevar os padrões de cumprimento da legalidade administrativa nos serviços públicos, consolidar os fundamentos jurídicos da reforma administrativa e reforçar o primado da lei na sociedade.

No decurso do ano, as medidas de combate à corrupção e ilegalidade administrativa têm mantido o seu peso preponderante no conjunto das acções constantes no programa do Governo, contribuindo para generalizar no seio da Administração Pública e na sociedade em geral, o espírito de incorruptibilidade. O Governo desenvolveu grandes esforços para elevar o rigor dos trabalhos de auditoria, cujos resultados benéficos se fizeram sentir na gestão das receitas e despesas dos organismos públicos.

2. Aceleração da recuperação económica e condições de investimento mais favoráveis

No decurso deste ano, o ambiente macroeconómico externo permaneceu desfavorável e os factores de incerteza motivaram grandes preocupações. Contudo, o crescimento do nosso PIB permaneceu estável, o desenvolvimento do sector predominante da nossa economia tem sido positivo, o desenvolvimento dos sectores com ele relacionados a ele tem mostrado vitalidade e o investimento externo tem registado um crescimento significativo.

O gradual aperfeiçoamento das condições de mercado tem sido reconhecido por um crescente número de investidores locais e externos. Aproveitando esta tendência favorável, o Governo continuou a empenhar-se nos trabalhos de captação de investimentos, adoptando novas medidas de atracção de capitais, no sentido de aumentar os seus resultados. Ao longo do ano, os investimentos provenientes do exterior, designadamente os das actividades *off-shore*, conheceram um crescimento notório, tendo-se verificado uma maior diversificação de projectos de investimento.

A par das iniciativas concebidas para captar investimentos externos, o Governo tem atribuído grande importância ao apoio das pequenas e médias empresas. A importação de tecnologias, a formação de quadros dirigentes, a consultadoria de gestão, a modernização do modelo de gestão, o fornecimento de informação, a exploração de novos campos de desenvolvimento e as bolsas de contactos empresariais, entre outros, continuaram a merecer o apoio dos serviços e instituições competentes dentro das suas capacidades.

O serviço de aviação civil continuou a registar um crescimento positivo. Os responsáveis desta área envidaram esforços nos trabalhos preparatórios com vista a precaver o sector do impacto de eventuais mudanças das condições do mercado. Para além do aumento do número de passageiros e de rotas, registou-se, também, uma subida significativa no volume da carga aérea transportada, tendo sido inaugurado um novo serviço de carga aérea. Para acompanhar o desenvolvimento do serviço de carga aérea, o Governo tem intensificado os trabalhos preparatórios tendentes ao estabelecimento de um centro logístico em Macau.

3. Emergência de um novo panorama no âmbito das infra-estruturas e desenvolvimento das relações com o exterior

Em consonância com as necessidades concretas do desenvolvimento presente e futuro, o Governo deu início a um ambicioso programa de construção de grandes empreendimentos, tendo lançado vários projectos de obras de infra-estruturas. Anunciámos, formalmente, o início da construção da terceira ponte Macau-Taipa, concebida para ser utilizada qualquer que seja o estado do tempo; acelerámos os trabalhos de construção de alguns pavilhões desportivos e as suas instalações acessórias, com vista à realização dos Jogos da Ásia Oriental, iniciámos várias obras públicas relacionadas com a melhoria da qualidade de vida da população; acelerámos as obras de aperfeiçoamento da rede viária em várias zonas da cidade e adoptámos medidas para atenuar as situações de infração às regras de trânsito. Os trabalhos de planeamento e reordenamento urbanos das diferentes zonas estão a ser lançados de forma sistemática e faseada.

No âmbito do fomento do desenvolvimento das tecnologias, o Governo continua empenhado na criação de condições estruturais nas vertentes de equipamentos e de recursos humanos. Foi já inaugurado o Centro Incubador de Novas Tecnologias, uma iniciativa conjunta do Governo e do sector privado. A participação de várias empresas neste Centro é um sinal claro de que esta instituição está a cumprir os seus objectivos. Convidámos o arquitecto de renome internacional, Ieoh Ming Pei, para a concepção do projecto do Centro de Ciência de Macau, cujos trabalhos preparatórios decorrem com normalidade. O Conselho de Ciência e Tecnologia entrou em funcionamento no terceiro trimestre do corrente ano. Este Conselho tem a responsabilidade de emitir pareceres técnicos com sentido estratégico e de conteúdo prático que contribuirão para o desenvolvimento futuro de Macau no campo científico e tecnológico.

Os diversos projectos de infra-estruturas lançados pelo Governo visam, de forma eficaz, definir o rumo de desenvolvimento de Macau, elevar o prestígio desta cidade e a sua qualidade de vida, dinamizar a procura interna e o emprego local e realizar, com êxito, os Jogos da Ásia Oriental, em 2005.

Neste ano, o Governo da RAEM intensificou os seus trabalhos no âmbito de relações com o exterior. Com a divulgação da imagem de Macau pós-transferência, das condições de investimento e suas oportunidades de desenvolvimento, criámos mais oportunidades para a concretização de projectos de cooperação com o exterior e promovemos relações de amizade com outros países e territórios. Por outro lado, vários projectos de cooperação firmados entre o Governo e o sector privado continuaram a ser implementados com eficácia. O Governo pôs em execução uma série de medidas que visava beneficiar a população e sedimentou o modelo de cooperação a longo prazo vocacionado para assegurar o contínuo desenvolvimento das relações de cooperação.

4. Melhoria da qualidade de vida, estabilidade e ordem social

Face à situação relativamente difícil em que se encontrava o sector comercial e as condições de vida da população, o Governo da RAEM, para além de um maior empenhamento na recuperação da economia, implementou uma série de medidas a curto prazo com vista a incentivar os cidadãos a vencer as adversidades. Esta acção granjeou o reconhecimento e apoio da população.

A promoção de acções destinadas à criação de mais postos de trabalho tem sido uma das prioridades do Governo. Para além das medidas eficazes normalmente adoptadas, o Governo da RAEM iniciou diversas obras de infra-estruturas, criando milhares de postos de trabalho. Reforçámos, também, a formação profissional, com a afectação de mais meios financeiros destinados à realização de cursos de formação oficialmente reconhecidos, com vista a habilitar os desempregados de aptidões profissionais necessárias para a procura de emprego e elevar os seus conhecimentos culturais e capacidades competitivas.

A abertura do mercado e o reforço da fiscalização dos serviços de telecomunicações móveis locais e de fornecimento de gás, entre outros, originaram uma redução de preços e uma melhoria do serviço prestado, trazendo benefícios à população e aos agentes económicos.

Neste último ano, o Governo adoptou uma política de apoio à investigação nos estabelecimentos de ensino superior, cujos resultados constituem indicadores de referência úteis para o Governo, na definição da sua estratégia de desenvolvimento da sociedade. De um modo geral, os estabelecimentos de ensino passaram a prestar maior atenção à formação linguística e à formação virada para as necessidades reais da sociedade e o desenvolvimento da comunidade local. No que respeita à área de ensino não-superior, espera-se que com a introdução e extensão do modelo de turmas reduzidas, se venha a verificar uma diminuição da sobrecarga de trabalho dos professores e uma melhoria da qualidade do ensino. Por outro lado, o ensino criativo e a colaboração entre a escola e a família têm vindo a merecer a compreensão e cooperação dos professores e encarregados de educação. Estas iniciativas foram, logo, acolhidas favoravelmente por todas as partes.

Ao longo do ano, o Governo organizou diversas actividades culturais, artísticas, recreativas e desportivas com o objectivo de promover a saúde física e mental da população, enriquecendo, desse modo, as vivências da população. Na organização dessas actividades atribuímos muita importância à generalização e divulgação e à elevação de padrões de qualidade, com vista à emergência de uma geração de pessoas locais com talento.

Na área da saúde, a instalação do sistema informatizado de marcação de consultas, o funcionamento do centro de tratamento de queixas relativas à prestação de cuidados de saúde e marcação de consultas, entre outras, são iniciativas que reflectem a aplicação efectiva do princípio “melhor servir o público”. As principais instituições de saúde de Macau – o Centro Hospitalar Conde S. Januário e o Hospital Kiang Wu – tendo sempre presentes os interesses colectivos da população, desenvolveram uma relação de cooperação e de complementaridade cujos frutos são digno de nota.

Ao longo do ano, as condições de segurança, de um modo geral, têm sido boas, e na sociedade tem-se vivido um ambiente estável e harmonioso. Os trabalhos de instalação dos Serviços de Alfândega correram bem e os serviços de assistência em casos de emergência estão a funcionar com normalidade. Tudo isto contribuiu para o bem-estar da população e à formação de condições propícias ao desenvolvimento da economia.

O Governo da RAEM tem continuado a exercer um controlo rigoroso nas despesas públicas, tendo sido reforçada a intervenção da auditoria. A avaliação do estado das receitas e despesas públicas é positiva e foi gradualmente modernizado o sistema de gestão orçamental. A reserva financeira da RAEM está segura e capitalizada. Além disso, foi dada continuidade ao reforço da fiscalização das instituições financeiras, combatendo, com severidade, o crime de branqueamento de capitais, protegendo, assim, com eficácia, a imagem de Macau.

5. Em conclusão

No decurso do ano, o Governo concentrou as suas energias designadamente nas políticas destinadas a promover a abertura da economia. Os resultados desta orientação traduziram-se, essencialmente, no seguinte: com a abertura da economia, Macau passou para uma nova fase de desenvolvimento, claramente definida e com sentido estratégico. Na sequência das acções no âmbito da reforma na Administração Pública, continuámos a implementar importantes medidas experimentais que irão servir de base para o desenvolvimento de outras reformas. Estes trabalhos irão conferir às futuras políticas do Governo um maior pragmatismo, racionalidade e sentido estratégico.

Na execução das políticas, constatámos que, ao mesmo tempo que se registaram mudanças favoráveis em Macau, persistiam algumas dificuldades provenientes do passado, nomeadamente as que se prendem com a vida da população em geral, que carece de uma melhoria. Não obstante as perspectivas optimistas em relação ao futuro, não deixámos de intervir em situações urgentes, reforçando a prestação de serviços adequados e alargando as medidas necessárias. Havendo indícios do reaparecimento de alguns problemas antecipámo-nos a eles, controlando a situação. Por outro lado, relativamente a questões em que não existem condições suficientes para a sua resolução, foram adoptadas, na medida do possível, providências transitórias com vista à sua minimização. Este ano, foram reajustados alguns sistemas de prestação de serviços públicos. As novas medidas experimentais previstas nas linhas de acção governativa têm sido continuamente reavaliadas e revistas. Com base na experiência adquirida, procedeu-se à sua actualização, de modo a adequá-las às necessidades sociais, conseguindo, assim, uma melhoria na eficácia dos serviços prestados.

A melhoria que se verificou na Administração é um sinal claro de que, após quase três anos de duras provas, os trabalhadores da função pública se muniram de um espírito mais empreendedor, tendo reforçado a sua capacidade profissional e elevado a eficácia do trabalho. O pessoal dirigente e de chefia colheu uma maior experiência, melhorando a sua capacidade de gestão e evidenciando um amadurecimento no processo de decisão. Este progresso, digno de realce, dos trabalhadores dependeu não só do seu próprio esforço, mas também da fiscalização, carinho e apoio permanentes da população em geral. Estamos convictos de que, não obstante os resultados já alcançados, com o estímulo contínuo da população, os trabalhadores da função pública continuarão a melhorar o seu desempenho.

Da experiência colhida no decurso da acção governativa, apercebemo-nos de que face a um desenvolvimento desequilibrado da sociedade, não devemos orientar os nossos esforços apenas para as questões sociais de maior impacto, mas também para aquelas que, embora com menor visibilidade, não devem ser menosprezadas. Face aos numerosos desafios que se colocam à sociedade, à medida que prestamos maior atenção aos trabalhos mais prementes, devemos igualmente estar preparados para acções a longo prazo. Devemos, também, estar atentos aos fenómenos sociais mais evidentes, bem como ser perspicazes em relação a uma possível evolução daqueles que estão em estado latente. Quando existem conflitos entre diferentes interesses sociais, devemos, por um lado, procurar a sua solução equilibrada e, por outro, promover o diálogo e uma atitude de compreensão. Na formulação dos nossos juízos, devemos auscultar a opinião da população em geral e dos profissionais. Devemos, por um lado, elaborar projectos de alta qualidade, e por outro, garantir a sua receptividade e adaptação ao nível social, bem como uma implementação correcta e eficaz. Perante situações de urgência, não devemos estar de braços cruzados, adoptando atitudes de indiferença, nem decidir de forma precipitada e imprudente, mas sempre de forma fundamentada. Finalmente, devemos aferir, com frequência, se a execução das acções governativas está de acordo com os seus princípios norteadores, quer do ponto de vista teórico, quer do ponto de vista prático e, ao mesmo tempo, avaliar os seus resultados com vista a enriquecer o nível de concepção e a qualidade da acção governativa. Se se proceder à avaliação da acção governativa com base nesses critérios, podemos concluir que muitas destas acções podem ainda ser aperfeiçoadas, que alguns

resultados não são tão satisfatórios como aparentam e que algumas das falhas se devem a um domínio insuficiente de conhecimentos básicos e de capacidade de execução. De salientar que alguns trabalhos bem executados no passado, apresentam hoje falhas, o que explica que, se não nos soubermos adaptar ao desenvolvimento social e à evolução do tempo, muitos dos trabalhos poderão vir a perder a sua qualidade. É certo que não podemos pretender encobrir as nossas insuficiências em trabalhos bem sucedidos. Existe ainda um grande campo para o aperfeiçoamento da acção governativa. O carácter permanente dos desafios não deve constituir um pretexto para fugirmos aos problemas. Há optimismo nesta nova fase da sociedade. No futuro, Macau disporá de muitas oportunidades, mas esta situação tornará mais complexos os trabalhos de governação, pelo que os funcionários não poderão, nunca, estar desatentos, devendo redobrar esforços tendentes à elevação da sua perspicácia política e social, superando insuficiências, assumindo plenamente e com coragem as suas responsabilidades e dedicando-se de corpo e alma ao serviço da população de Macau.

SEGUNDA PARTE – Prioridades da acção governativa do Governo da Região Administrativa Especial de Macau para o ano 2003

Senhora Presidente,

Senhores Deputados,

Permitam-me expor, em seguida, as prioridades das linhas de acção governativa para o ano 2003.

1. Implementar o plano de desenvolvimento económico e promover as actividades económicas e o emprego

Uma vez obtida a adesão genérica da população em relação às prioridades de desenvolvimento da estrutura sectorial, as nossas energias devem convergir, agora, para a concretização dos projectos subordinados a estas opções. O esforço governativo para uma maior recuperação económica, a promoção de novas actividades económicas e do emprego e a execução do plano estratégico de desenvolvimento, são aspectos importantes que integram as linhas de acção governativa para o próximo ano.

Em conformidade com o plano estratégico de desenvolvimento, os sectores de turismo e de jogo constituem, actualmente, os principais sectores a desenvolver. Devemos aproveitar a conjuntura favorável que vivemos agora para impulsionar o sector do jogo, no sentido de elevar a sua qualidade e otimizar o serviço prestado, tornando-o mais competitivo, e, assim, consolidar o seu estatuto de sector dominante da economia. O aperfeiçoamento dos diplomas legais, o aumento da fiscalização e a formação de recursos humanos, são acções governativas tomadas em articulação com a liberalização do sector do jogo, e são iniciativas indispensáveis para assegurar um maior progresso nesta área. No que se refere ao desenvolvimento do sector de turismo, o Governo continuará a impulsionar o ritmo de construção de infra-estruturas e a realizar promoções turísticas específicas e eficazes. É de realçar que a elevação

da qualidade dos serviços é a tarefa mais importante de entre todas as mencionadas. A concepção de turismo temático de alta qualidade, irá contribuir para a exploração de potencialidades turísticas existentes. O reforço da cooperação regional no âmbito do turismo é benéfico para a complementaridade de recursos e para o benefício das partes envolvidas. Do mesmo modo, o Governo está determinado em reforçar a fiscalização e a regularização do mercado do sector de turismo, com recurso à revisão dos respectivos diplomas reguladores e à sua execução rigorosa. Apelamos aos agentes do sector, para que, à medida que se empenhem no desenvolvimento das suas actividades, não deixem de ter em consideração a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento do turismo. O desenvolvimento saudável deste sector exige, também, a atenção e a cooperação conjunta da população, pois sem um ambiente de respeito pela legalidade e de civismo, será difícil afirmar o estatuto de Macau enquanto cidade turística de alto nível. Por outro lado, o Governo pretende intensificar os estudos para fomentar os sectores do turismo e do jogo, de modo a que os mesmos possam desempenhar eficazmente um papel de protagonismo na recuperação global da economia.

Realçar os pontos importantes e levar em consideração a pluralidade constituem a linha condutora do pensamento básico para a definição da política de reajustamento da estrutura económica. Neste sentido, a exploração de novos campos de actuação favoráveis ao crescimento económico será uma das acções governativas para o próximo ano. O Governo continuará, de acordo com as condições existentes e as potencialidades de desenvolvimento, a acarinhar e apoiar as novas actividades económicas, nomeadamente as de convenções e exposições, de serviços *offshore*, de serviço logístico, de medicina chinesa e do ambiente. O Governo irá, através do Conselho de Ciência e Tecnologia e do Centro Incubador, com o apoio do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, criar condições para que o desenvolvimento da tecnologia aplicada contribua para o progresso da estrutura produtiva de Macau. O Governo pretende, com as suas acções de promoção e apoio às novas actividades económicas, estimular o dinamismo do desenvolvimento da sociedade, e proporcionar um maior leque de opções e oportunidades para o progresso pessoal dos cidadãos.

No próximo ano, vários projectos de obras públicas de grande envergadura vão entrar na fase de planeamento acelerado e plena execução. Devido ao profundo impacto que estes projectos terão no futuro, é imprescindível que se tenha em atenção a sua segurança e qualidade. Para resolver de raiz o problema de trânsito na cidade, o Governo irá proceder ao planeamento preliminar respeitante à introdução de um novo sistema de transporte colectivo urbano. Intensificar a cooperação em matéria do trânsito transfronteiriço, é um tema prioritário das acções governativas para o próximo ano. Iremos reforçar as ligações e os contactos com o Governo Central e os governos das regiões vizinhas, por forma a definir, no próximo ano, a solução técnica sobre o troço de ligação a Macau da auto-estrada de Pequim/Zhuhai. O Governo mantém uma atitude positiva e de apoio em relação aos projectos favoráveis à circulação transfronteiriça de pessoas e bens entre a província de Guangdong, Hong Kong e Macau, pelo que irá envidar esforços para impulsionar esses projectos.

As pequenas e médias empresas são um dos principais pilares da economia de Macau. Estas empresas, que se revestem de grande importância são em número elevado e dotadas de acentuada agilidade e adaptabilidade, prestando significativos contributos para o desenvolvimento de Macau e proporcionando um número considerável de postos de trabalho. Entretanto, muitas delas continuam a sentir insuficiências em diversos aspectos, nomeadamente de capitais, técnicas e de gestão, não sendo as mais beneficiadas no processo de recuperação da economia da RAEM, permanecendo algumas delas em situações de difícil operacionalidade. O Governo da RAEM está atento a esta situação e tem vindo a empenhar-se nas acções de apoio às pequenas e médias empresas. O Governo irá otimizar as condições de funcionamento do mercado através de um leque de medidas, nomeadamente a elevação da eficiência administrativa, a aceleração do processo de revisão de diplomas desactualizados respeitantes aos sectores comercial e industrial, e o ajustamento do sistema contabilístico empresarial aos padrões internacionais, por forma a permitir que as pequenas e médias empresas se desenvolvam e superem as suas insuficiências. Através da intensificação contínua da cooperação económica e comercial com o exterior, estamos a criar maior espaço de desenvolvimento para essas empresas. O Governo irá avaliar esta experiência com vista a uma melhor coordenação dos serviços competentes,

investindo mais recursos para apoiar as pequenas e médias empresas no âmbito da tecnologia de produção, circuitos de gestão e de informação e parcerias comerciais. O Governo também irá apoiar e incentivar as associações na organização de projectos de assistência a pequenas e médias empresas. Para aumentar a eficácia das medidas de apoio, o Governo, no próximo ano, irá lançar uma série de medidas a curto prazo destinadas a estimular a vitalidade das pequenas e médias empresas.

Não obstante os resultados rápidos na recuperação económica, as dificuldades no mercado de trabalho não se atenuaram. O Governo da RAEM tem consciência das angústias sentidas pela população desempregada, o que o leva a trabalhar activamente para a resolução do problema. As causas do desemprego em Macau são complexas e cada vez são mais visíveis as consequências do desemprego estrutural. O Governo irá tomar medidas integradas de carácter sustentado para resolver gradualmente esta questão. Para aumentar a oferta de emprego, o Governo da RAEM irá, primeiramente, envidar esforços no sentido de promover uma mais ampla recuperação económica e, assim, dinamizar o mercado e criar melhores condições de emprego. O próximo ano será o ponto alto da concretização dos projectos das grandes infra-estruturas, bem como do arranque de empreendimentos de vulto por parte da iniciativa privada. Esperamos que esta situação venha a atenuar o desemprego no sector da construção. O Governo também irá considerar a possibilidade de lançar obras no âmbito de saneamento básico e embelezamento da cidade para aumentar as oportunidades de emprego temporário.

O sector dos serviços é a componente principal da estrutura económica de Macau, e o seu desenvolvimento favorável é essencial para o aumento de oportunidades de emprego. Porém, o sector dos serviços requer, de um modo geral, mão-de-obra com nível cultural e qualificações elevadas que, neste momento, não está suficientemente disponível em Macau. Com vista a reduzir fenómenos de desajustamentos no emprego, o Governo e a sociedade civil devem colaborar conjuntamente no sentido de dar mais formação profissional aos actuais trabalhadores e àqueles que se preparam para ingressar no mercado de trabalho. A preocupação de elevar a qualidade da mão-de-obra deve também ser estendida aos sectores da indústria transformadora e da construção.

Considerando que a qualidade da população laboral destes sectores também se encontra objectivamente aquém do desejável, iremos dar continuidade ao plano de formação iniciado no ano passado, após a sua avaliação e reajustamento. Ao mesmo tempo, iremos aproveitar os projectos de formação de iniciativa privada.

Com vista a manter a diversidade da estrutura produtiva, o Governo irá investir recursos financeiros em acções de melhoria de eficiência produtiva nas indústrias tradicionais. De entre elas, há que considerar a indústria transformadora, por se tratar de uma indústria que emprega muita mão-de-obra. O seu desenvolvimento tem efeitos positivos na situação do emprego, com reflexos benéficos para os sectores financeiro, de seguros, transportes, importação e exportação com ela mais estreitamente relacionados. A fim de assegurar uma elevada competitividade nesta indústria para fazer face a futuros desafios, o Governo irá apoiar, por diversas vias, os empresários na melhoria da qualidade das suas produções. O Governo da RAEM irá dedicar maiores esforços, em concertação com o Governo Central, o Governo Provincial de Guangdong e o Governo Municipal de Zhuhai, para implementar o projecto do parque industrial transfronteiriço.

A existência de recursos humanos qualificados é uma questão que merece particular atenção, tendo em conta as futuras necessidades de desenvolvimento da economia e as potencialidades de crescimento das novas actividades. Devemos, em primeiro lugar, privilegiar as acções de formação destinadas à qualificação dos trabalhadores locais. Porém, em situações específicas em que se verifique uma insuficiência de trabalhadores qualificados, devemos ponderar a sua importação. Uma correcta política de importação de pessoal qualificado irá não só satisfazer as necessidades específicas de desenvolvimento, mas também contribuir para elevar a produtividade dos trabalhadores locais e a competitividade da RAEM. Ao concretizar esta política, importa efectuar uma gestão rigorosa para evitar situações de abuso na contratação de pessoal especializado vindo do exterior, com repercussões negativas nas oportunidades de emprego dos trabalhadores locais.

Com vista à elevação da qualidade dos recursos humanos, o Governo criou para o efeito, o Conselho de Desenvolvimento de Recursos Humanos. Este Conselho tem por objectivo a realização de estudos sobre a formação profissional e desenvolvimento dos recursos humanos, assim como, emitir pareceres técnicos fundamentados que perspectivem as grandes tendências futuras.

2. Intensificar a cooperação regional e promover a eficácia das relações com o exterior

Partindo de uma análise integrada de factores como as características dos recursos disponíveis, as vantagens comparativas e a estratégia definida para o desenvolvimento das estruturas produtivas, chegámos à seguinte conclusão: Macau deve seguir sempre o rumo de cooperação com o exterior. Tendo em consideração as linhas evolutivas da economia de Macau, sabemos que precisamos de explorar outras áreas de cooperação. Para alcançar a meta de desenvolvimento sustentado, Macau necessita de dispor de amplos espaços e pilares sólidos que apoiam o seu crescimento. Ao olharmos para a sociedade internacional e para a China Continental, podemos verificar que os efeitos do abrandamento motivados pela necessidade de reajustamentos provisórios na economia não se fizeram sentir no ritmo da sua globalização económica. Podemos ainda constatar que são cada vez mais visíveis os sinais de uma evolução para o reforço da cooperação regional, e até mesmo para a integração regional económica. No contexto da situação das regiões vizinhas de Macau, devo referir que a aceleração dos esforços de integração da China com os países membros da *ASEAN* e a rápida emergência da região do Delta do Rio Yangtze trouxeram-nos novas ideias, desafios e oportunidades. Esta realidade vem demonstrar que a consolidação e o estabelecimento de relações de cooperação com o exterior e a intensificação da cooperação regional serão, sem dúvida, prioridades da acção governativa da RAEM para o próximo ano e no futuro. A integração económica com regiões vizinhas, será, igualmente, um objectivo estratégico de desenvolvimento, de médio e longo prazo, do Governo da RAEM.

A sociedade e o Governo comungam de um propósito – acelerar os passos de cooperação com o exterior – com vista a alcançar, o mais cedo possível, os seus frutos. Para atingir esta meta, os serviços competentes têm a obrigação de criar condições no sentido de converter os objectivos estratégicos em acções concretas, o mais cedo possível, de modo a promover as transformações necessárias. Esta missão tem consequências directas no desenvolvimento a longo prazo de Macau e no bem-estar das gerações vindouras, razão pela qual iremos investir todas as nossas energias para fazer um planeamento rigoroso e tomar as medidas mais acertadas. Devemos ter igualmente uma visão da conjuntura internacional, com vista ao desenvolvimento comum, e a necessária abertura de espírito para colocar em primeiro plano os interesses comuns a longo prazo, defendendo, sempre, os princípios de reciprocidade e complementaridade. Só assim é que podemos garantir um sucesso que traga benefícios para todos. Só assim é que podemos abolir as estratégias de desenvolvimento ultrapassadas baseadas em atitudes de visão curta, mesquinhez, ganância e ânsia de alcançar resultados rápidos.

A cooperação com o exterior deve ser prosseguida por várias vias e a vários níveis. Iremos intensificar as acções desenvolvidas, ao mesmo tempo que deixaremos espaço para os cidadãos realizar as suas potencialidades. Para tal, iremos incentivá-los a desempenhar um papel activo no âmbito da cooperação e intercâmbio com o exterior. Havendo uma articulação concertada entre o Governo e a sociedade civil, acreditamos que está garantido o sucesso deste projecto. No âmbito da promoção dos trabalhos de cooperação, deparamo-nos com o problema de auto-valorização. A nossa meta é transformar Macau numa plataforma de serviços comerciais e económicos da região onde ela está inserida. Para atingir este objectivo estratégico, precisamos de otimizar e elevar a qualidade dos nossos recursos materiais e humanos. Entendemos que, as visitas de estudo são apenas uma vertente do processo de cooperação externa. O Governo e a sociedade civil devem persistir nos seus esforços com vista a consolidar as bases necessárias para garantir o sucesso dos projectos.

A estratégia que definimos para promover as relações com o exterior comporta duas vertentes: estabelecer relações com territórios e países distantes e consolidar a integração com países e territórios vizinhos. Iremos criar novas oportunidades, esforçando-nos por edificar diversas plataformas de cooperação, seguindo duas linhas de acção, em combinação com a nossa opção de impulsionar o desenvolvimento do sector de convenções e exposições: por um lado, iremos realizar acções de promoção no exterior, e por outro, iremos atrair para Macau projectos nesse âmbito. No plano internacional, iremos continuar a desenvolver relações de cooperação bilateral e multilateral. No contexto da nossa estratégia de desenvolvimento que tira partido das vantagens comparativas de Macau, iremos envidar esforços para penetrar, gradualmente, nos mercados dos países do Sudeste Asiático e países lusófonos. É natural que o mercado desses países em vias de desenvolvimento comporte deficiências e factores de risco, não havendo, por isso, garantias de uma rápida recuperação de capitais investidos, requerendo também maiores esforços no processo da sua penetração. Contudo, por se encontrar precisamente em fase de desenvolvimento, tais mercados oferecem mais oportunidades comerciais abertas à exploração e aproveitamento da nossa parte, uma vez que as nossas condições são semelhantes às deles. Podemos tirar partido das ligações históricas que nos une a esses países e territórios e das nossas vantagens no plano linguístico, de custos de exploração, condições sociais e relações humanas, para promover o estabelecimento de relações de parceria económica e comercial entre as nossas pequenas e médias empresas e as da China Continental, países do Sudeste Asiático e países e territórios lusófonos. Estamos convictos de que, com o esforço conjunto do Governo e do sector privado, esses mercados em desenvolvimento – que até então não foram ainda levados em conta – irão revelar as suas potencialidades, tornando-se gradualmente em mercados privilegiados de Macau.

Ao recordar a história do desenvolvimento de Macau e ao perspectivar o rumo do seu desenvolvimento futuro, chegamos a uma conclusão inabalável: o desenvolvimento de Macau é inseparável do desenvolvimento da Pátria. Olhando à nossa volta, apercebemo-nos facilmente que, hoje em dia, o pólo de crescimento reside na China. No que diz respeito a Macau – que detém vantagens de acessibilidades regionais – a nossa opção política firme é tomar a iniciativa para reforçar a cooperação com a China Continental. O Governo irá

colaborar activamente com a Comissão Conjunta de Comércio China Continental/RAEM na realização dos seus trabalhos, assegurando que este organismo esteja apto para cumprir o seu papel de agente promotor do comércio entre as duas partes. Iremos aprofundar, também, as relações de intercâmbio e cooperação com províncias e municipalidades da China Continental.

A cooperação regional é uma área nuclear da nossa estratégia de desenvolvimento. O Delta do Rio das Pérolas – onde Macau está inserido – para além de dispor de abundantes riquezas acumuladas por força do trabalho das suas gentes, ainda detém vantagens resultantes da aplicação do princípio “um país, dois sistemas” em Macau e Hong Kong. Por isso, acreditamos que, o alargamento de oportunidades de cooperação com outras regiões do Delta do Rio das Pérolas irá abrir novos rumos de desenvolvimento para Macau. Iremos, igualmente, investir mais recursos em projectos-piloto de cooperação regional. Retirámos ensinamentos úteis da nossa experiência de cooperação com a província de Guangdong e Hong Kong, no âmbito do turismo, e a nossa cooperação diversificada com Zhuhai. No próximo ano, iremos, com base nos trabalhos já consolidados, explorar, com pragmatismo, outras vias de cooperação, procurando colher, com a maior brevidade, os frutos desta relação. Por outro lado, o Governo e a sociedade civil estabeleceram ligações com várias regiões da China Continental numa primeira fase e já detêm conhecimentos sobre o seu estágio de desenvolvimento. Não iremos deixar escapar a oportunidade única de construir uma plataforma de serviços comerciais e económicos, pois acreditamos que esta iniciativa terá um efeito catalizador na promoção de relações de reciprocidade e complementaridade e da cooperação estreita entre as partes.

Na cooperação regional, os assuntos económicos constituem, sem margem para dúvidas, uma componente importante, mas não são, de maneira alguma, o seu núcleo. Vamos conferir toda a importância aos trabalhos de cooperação com as regiões vizinhas no âmbito da cultura, educação, turismo, segurança, saúde, transportes, infra-estruturas e outras vertentes, com vista à elevação crescente de benefícios mútuos.

3. Dar continuidade às acções da reforma administrativa e elevar a qualidade dos serviços prestados à população

No próximo ano, o Governo irá consolidar e intensificar os resultados da reforma no âmbito da administração pública. Nesta base, o Governo irá reforçar a visão conjuntural, a previsibilidade, a atenção ao pormenor e a flexibilidade no planeamento das acções de reforma, assegurando uma maior vitalidade e profundidade nos seus efeitos.

A reforma da Administração Pública desdobra-se em duas grandes áreas: no plano orgânico, os projectos do serviço “Loja do Cidadão” e “Carta de Qualidade” situam-se na primeira linha de serviços oferecidos à população que têm demonstrado grande eficiência, contribuindo para facilitar a vida da população. Entendemos que, estes dois projectos têm um sentido estratégico relevante na campanha de reforma dos serviços públicos, razão pela qual, o Governo irá atribuir prioridade à sua implementação. No próximo ano, para além de ampliar e aprofundar o serviço “Loja do Cidadão”, iremos acelerar os trabalhos preparatórios com vista à instalação de um centro de serviços cívicos integrados. Iremos, também, alargar o âmbito do projecto “carta de qualidade”. Mais, iremos reforçar as infra-estruturas do projecto administração pública electrónica que irá facilitar o acesso do público às informações dos serviços e o tratamento de formalidades administrativas. Iremos continuar a aperfeiçoar o funcionamento interno, otimizar os procedimentos administrativos e promover o diálogo e colaboração inter-serviços.

Na vertente dos recursos humanos, o Governo, no exercício das competências atribuídas pela Lei Básica, continuará a acelerar os trabalhos de revisão do regime jurídico da função pública. Esta revisão abrange o reajustamento das carreiras e o regime de ingresso e acesso, com vista a concretizar o objectivo de “o homem certo no lugar certo”. Iremos, também, concluir os trabalhos de revisão do regime de classificação de serviço, passando as chefias a estar abrangidas por este regime, com vista a um melhor desempenho do cargo. Iremos reforçar o controlo do cumprimento da legislação e dos regimes financeiros, promovendo a padronização e racionalização do modelo de contas públicas e de auditoria, e punindo com severidade as infracções e irregularidades, os actos de corrupção e de peculato. Iremos estudar meios para aperfeiçoar o regime disciplinar, reforçando a

prevenção e a justiça disciplinar. O Governo continuará a promover a formação dos trabalhadores da administração pública e dedicará especial atenção à formação do pessoal dirigente, a fim de o dotar de uma maior polivalência e capacidade na tomada de decisão.

No próximo ano, o Governo vai adoptar novas medidas que tornem mais eficazes a participação e a fiscalização da Administração Pública por parte dos cidadãos. Presentemente a Administração dispõe de um organismo singular para tratar das queixas. Atendendo à especificidade e complexidade das situações, objecto de queixa da população, iremos constituir uma comissão especializada interdepartamental para tratar desses casos. A partir do próximo ano, o Governo tomará medidas para promover um maior diálogo entre os dirigentes e os cidadãos no âmbito dos assuntos cívicos e municipais. Para além das sessões ordinárias da direcção do Instituto dos Assuntos Cívicos e Municipais abertas ao público, iremos providenciar para que os dirigentes se desloquem aos postos de serviço comunitário instalados em diversos pontos da cidade, para se inteirar *in loco* das condições dos bairros e auscultar a população. Para além do contributo da população em geral, iremos contar com as experiências e resultados de outros países, na implementação da reforma da administração pública local. Iremos realizar estudos comparativos das situações dos sistemas administrativos desses países e iremos generalizar o Sistema de Controlo de Qualidade ISO a mais serviços públicos. Estamos convencidos que, com a aplicação de padrões de qualidade internacionais, estaremos em condições de garantir o aperfeiçoamento constante nos serviços.

No plano dos conceitos e na prática, no âmbito do processo de reforma são, sem dúvida necessários a eliminação de deficiências e o aperfeiçoamento dos trabalhos, procurando inovar em todas as vertentes. Contudo, este espírito de inovação não deve, nunca, implicar a abolição de práticas e serviços com provas dadas de eficácia e bem aceites pelo público. Ao avançarmos no caminho da reforma, os nossos passos são firmes, não havendo lugar a recuos. No entanto, não devemos, também, cair no erro de não olhar a realidades e não ter em conta o nível de desenvolvimento social e o grau de tolerância da população. Não devemos descuidar os efeitos que qualquer reforma tem no funcionamento normal da Administração, procurando atingir objectivos sem olhar a meios e fixar prazos irrealistas. Isto porque, qualquer reforma envolve

uma miríade de factores complexos. Os efeitos da reforma sobre um indivíduo nunca são iguais sobre outro, podendo, até, haver situações de grande disparidade. No processo de reforma iremos, sempre, ter em consideração o moral e os sentimentos dos funcionários, procurando conquistar a sua adesão ao rumo da reforma. Desejamos o seu apoio para que, animados de um moral elevado, continuem a exercer funções com dedicação nos seus postos de trabalho. Assim, na promoção de acções de reforma não devemos, nunca, assumir atitudes precipitadas. Caso contrário, antes de atingirmos as metas de reforma, teremos provocado o surgimento de outros problemas. Se assim for, teremos dificuldade em prestar contas à população.

No próximo ano, o Governo dará por concluídos os trabalhos relativos aos projectos de diploma a curto prazo integrados no “Plano de Produção/Revisão de Diplomas Legais a Curto e Médio Prazos”. Na sequência do termo desta fase, dar-se-á início aos trabalhos da fase seguinte. Mobilizaremos os juristas da Administração e da sociedade em geral para dar maior celeridade à execução do referido Plano, com vista à harmonização do Direito com o desenvolvimento social local. O Governo irá legislar, ainda, sobre matérias previstas no artigo 23º da Lei Básica. Neste contexto, o Governo irá promover uma consulta alargada aos vários sectores e irá efectuar os trabalhos nos termos dos procedimentos legais competentes.

O desenvolvimento da economia, o crescimento da cidade, a abertura ao exterior e a intensificação dos intercâmbios são realidades que nos exigem a prestação de cada vez mais serviços à população. Um dos aspectos mais salientes deste fenómeno é a necessidade de elevar o nível de segurança pública. A partir do próximo ano, o Governo irá reforçar os trabalhos nas várias vertentes da segurança pública. Iremos intensificar o treino e a formação das forças policiais e afectar-lhes mais recursos, para fins de segurança pública, elevando a sua capacidade de resposta rápida face à criminalidade. Não iremos, nunca, abrandar os nossos esforços no campo da prevenção e do combate ao crime. Iremos atribuir mais meios para a prevenção, resposta e assistência em casos de calamidades naturais e situações de emergência. Uma das prioridades das acções no próximo ano é o aprofundamento de serviços comunitários. Iremos promover a fusão funcional dos postos de serviço e os centros comunitários com vista a uma melhor integração dos serviços cívicos e

municipais a prestar à população. Iremos, também, desenvolver e estreitar as relações entre a polícia e a população, procurando proporcionar aos cidadãos melhores serviços de segurança. Iremos, também, divulgar a mensagem do combate à corrupção nos bairros comunitários, a fim de eliminar progressivamente os focos de corrupção. Iremos tomar medidas eficazes para aperfeiçoar o controlo do trânsito e eliminar os factores de risco causadores de acidentes viários, promovendo a segurança nas estradas. Iremos tomar medidas eficazes para melhorar as situações de engarrafamento, tornando o trânsito na cidade mais fluído, contribuindo, assim, para o bem estar dos cidadãos. Iremos, desenvolver um serviço de saúde comunitária de alta qualidade. Iremos também generalizar as acções de educação e protecção na saúde nos bairros comunitários. Iremos aperfeiçoar o serviço das bibliotecas comunitárias e as actividades culturais e recreativas. Iremos reforçar as acções de ordenamento urbano e embelezamento da cidade, criando mais e melhor equipamento de lazer. Iremos desenvolver um plano de arborização e criação de espaços verdes a longo prazo.

No âmbito de acção social, o Governo, com base nos serviços já consolidados, irá continuar a colaborar com as entidades da sociedade civil para resolver os problemas sociais existentes. As acções previstas são: intensificar o apoio prestado aos deficientes e mulheres vítimas de violência doméstica e reforçar os serviços de linha aberta aos grupos sociais em risco. O apoio aos grupos sociais mais carenciados será reforçado e melhorado.

4. Rever o rumo de desenvolvimento do sistema educativo e consolidar as bases da cultura humanista

A educação é o elemento humano essencial para o desenvolvimento da sociedade e condição ética indispensável para a harmonia social. As raízes do desenvolvimento passado, presente e futuro de Macau podem ser descobertas na génese do sistema educativo. O Governo irá investir os recursos necessários para o desenvolvimento do sistema educativo, ao mesmo tempo que se empenhará na elevação da qualidade do ensino. Hoje, os sinais dos fenómenos que nos circundam são inequívocos: se não soubermos derrubar o muro de conservadorismo cego no sector educativo, que se preocupa apenas com o crescimento quantitativo, descuidando o aperfeiçoamento qualitativo, não

teremos capacidade para dar resposta às exigências da modernidade. Esta situação irá colocar Macau num estado de grande vulnerabilidade face aos desafios do futuro, sem capacidades para realizar os seus projectos.

Temos a obrigação de incrementar as acções de educação moral e cívica no âmbito das instituições de ensino básico, secundário e superior, contribuindo para que os estudantes saibam formar, por si, valores e princípios morais. Essas acções visam estimular o interesse da população pelos assuntos do Estado e assuntos públicos e promover a cultura de honestidade, tolerância, dedicação no trabalho e espírito de iniciativa, própria das gentes de Macau. Cremos que, por meio das lições dos nossos professores, iremos poder transmitir esta tradição de excelência às gerações vindouras. Iremos incentivar a formação integral dos jovens, motivando-os a cultivar as suas virtudes morais, aptidões intelectuais e físicas, espírito de equipa e sentido estético, alterando, assim, o modelo linear de formação com ênfase, apenas, nas vertentes de conhecimentos e educação física. No que diz respeito à formação de capacidades intelectuais, devemos aliviar a pressão lectiva que paira sobre os estudantes, promovendo métodos pedagógicos que valorizem a criatividade. Temos de assegurar que os estudantes assimilem os conhecimentos que lhes são transmitidos por um lado, e, por outro, ajudá-los a formar capacidades de raciocínio próprias. Devemos fazer com que eles dominem a matéria dos livros e também elevar as suas capacidades para aplicar aquilo que aprenderam. Os jovens, para além de absorver o que é dado nas salas de aulas, têm de saber sair da escola para apreender outras vivências. Devemos incentivar os jovens para sentirem e viverem como membros responsáveis da sociedade, acompanhando as suas preocupações e anseios. Só assim é que conseguirão integrar-se plenamente na sociedade, realizando as suas potencialidades.

A qualidade dos educadores é a chave do sucesso escolar. No domínio do ensino superior, o Governo tem vindo a prestar uma maior atenção à formação de um corpo de docentes qualificados dotados de experiência académica e qualidades pedagógicas. Assim, para além de contarmos com a contribuição do pessoal docente em efectividade de funções, iremos convidar professores de prestígio internacional para leccionar em Macau. No âmbito do sector educativo não-superior, iremos, para além de dar continuidade às acções de formação específica destinadas aos professores, conceber cursos de

administração escolar destinados aos dirigentes dos estabelecimentos de ensino. Criaremos um mecanismo de avaliação escolar integrada, com vista a auxiliar os estabelecimentos de ensino a aperfeiçoar as componentes pedagógica e administrativa das suas actividades. No próximo ano, o Governo irá promover um debate alargado com representantes da sociedade civil para estudar, em conjunto, o rumo de desenvolvimento do ensino não superior, lançando a primeira pedra da obra de reforma educativa.

A formação de valores éticos e da personalidade dos jovens constituem, sem dúvida, uma vertente essencial do ensino, sendo, permanentemente, objecto de atenção da sociedade. O comportamento dos jovens tem consequências profundas nas suas relações com a família, escola e sociedade. Alguns aspectos negativos próprios do comportamento de um jovem em crescimento resultam da falta de condições favoráveis para que os elementos positivos da sua personalidade e suas potencialidades possam ser desenvolvidos. Iremos intensificar as nossas acções para reunir as sinergias da família, escola e sociedade, com vista a promover a harmonia na família e as relações entre pais e filhos. Iremos, também, divulgar a importância da complementaridade da educação na família e educação escolar. Iremos, ainda, desenvolver actividades saudáveis e interessantes para conquistar a adesão dos jovens, incentivando-os a procurar actividades de ocupação de tempos livres, benéficas para o seu crescimento intelectual e físico.

Macau é uma cidade com um passado histórico que lhe tem granjeado renome pelo mundo fora. Para que a cultura desta terra ganhe nova vitalidade, é preciso que tenhamos o saber para levá-la a aproximar-se da população, enriquecendo as suas vivências espirituais. Assim, acreditamos que podemos aumentar os seus sentimentos de pertença em relação à RAEM, contribuindo para a formação de uma identidade cultural que reflecta a singularidade desta terra.

A especialização e a generalização são ambas importantes no âmbito do desenvolvimento das actividades culturais. Sem especialização é impossível elevar a qualidade das nossas iniciativas culturais. Uma generalização insuficiente levará a que as realizações culturais se isolem numa torre de marfim. Iremos atribuir a mesma importância ao desenvolvimento das vertentes

de especialização e generalização. O Governo assume o compromisso de investir esforços para elevar o nível de profissionalização e as qualidades pedagógicas dos artistas, apoiando a formação de uma elite artística local. O Governo continuará a patrocinar a organização de actividades culturais e artísticas diversificadas destinadas a camadas diferentes da população, levando a cultura para as casas e espaços de convívio das pessoas. O nosso objectivo é aumentar as oportunidades de divulgação das obras dos artistas e as oportunidades da população para apreciar essas obras. Entendemos que, a longo prazo, as potencialidades de desenvolvimento cultural estão semeadas na geração dos mais jovens, o que exige que nós redobremos os esforços para aumentar a componente cultural e artística no curriculum das escolas.

A cultura de Macau passou a ser conhecida pelo mundo através da divulgação feita pelos turistas que a vieram visitar. A comunidade internacional tem sempre apoiado e acarinhado a cultura local. Temos que ter a sabedoria para converter os factores externos favoráveis em motivações que impulsionem o nosso desenvolvimento. O Governo irá estudar as experiências e padrões de qualidade de países mais avançados neste domínio, com vista a promover uma candidatura de sucesso para a inclusão de monumentos de Macau na Lista do Património Mundial da UNESCO. Mas o mais importante ainda é aproveitar esta oportunidade para aprofundar os estudos sobre a história e cultura de Macau, a conservação, protecção e restauração do seu espólio histórico e cultural. Iremos organizar espectáculos e eventos artísticos de projecção internacional e de alta qualidade em Macau, mas também iremos levar as nossas realizações artísticas para o exterior, dando-as a conhecer ao mundo.

A biblioteca é um espaço privilegiado de difusão cultural, proporcionando aos cidadãos o acesso ao saber e às informações, contribuindo, assim, para o desenvolvimento dos interesses intelectuais da sociedade. A biblioteca é um desígnio estratégico da RAEM. Para além da preparação das obras de construção da nova sede da Biblioteca Central de Macau, iremos integrar, gradualmente, os equipamentos e espólios documentais das bibliotecas de Macau, a fim de proporcionar mais e melhores serviços aos leitores. Iremos organizar actividades que contribuam para a formação de hábitos de leitura junto dos estudantes e da população. Vamos ainda lançar acções para generalizar os conhecimentos científicos. Neste âmbito, o Conselho de Ciência

e Tecnologia assumirá um papel relevante. Acreditamos que, com a construção do Centro de Ciência de Macau, iremos conseguir despertar o gosto e o interesse dos nossos jovens pela ciência, inculcando-lhes curiosidade intelectual. Esta obra irá, também, contribuir para elevar os conhecimentos científicos da população e divulgar o espírito de busca da verdade.

Em 2005, terá lugar, em Macau, a quarta edição dos Jogos da Ásia Oriental. Este evento irá proporcionar uma oportunidade para Macau se afirmar como uma cidade de desporto internacional. Queremos, também, aproveitar a realização deste evento para, em conjunto com a população de Macau, fazer esforços com vista a tornar esta terra mais bela, mais hospitaleira e cheia de vitalidade. Na sequência dos resultados positivos alcançados pelos nossos atletas em competições internacionais, iremos reforçar o treino dos desportistas locais para que elevem o seu nível de preparação, de modo a que estejam em condições para atingir mais elevadas metas de excelência nos Jogos da Ásia Oriental. Os trabalhos preparatórios de organização dos Jogos da Ásia Oriental serão referências úteis a ter em conta no desenvolvimento do desporto em Macau, pois irão despertar o interesse da população em geral pela prática desportiva e cultura física e inculcar-lhe o espírito de combatividade.

TERCEIRA PARTE – Juntos defenderemos os interesses gerais e juntos caminharemos para a modernidade

Senhora Presidente,

Senhores Deputados,

Nós conseguimos acelerar, com segurança, os passos de desenvolvimento e as perspectivas são, agora, mais realistas. No entanto, ainda há bastantes problemas por resolver e desafios para vencer. Por isso, ao prepararmo-nos para acelerar os nossos passos, não iremos, nunca, deixar de manter a cabeça fria e uma atitude racional e realista. Estes três anos de governação trouxeram-nos os seguintes ensinamentos: sem um ambiente social estável e harmonioso, sem a força de vontade para agir com determinação e sem as motivações que nos animam a lutar com afinco, não iremos poder garantir o progresso sustentado de Macau. Por isso, a existência de um clima de estabilidade e condições favoráveis ao desenvolvimento, aliados à formação de um espírito solidário, cooperativo e moderno constituem pontos que devem merecer o consenso indiscutível de todos.

Iremos promover activamente uma visão de conjuntura, designadamente junto do corpo de funcionários públicos. A estratégia de desenvolvimento de Macau está vinculada, concretamente, a cada um dos elos da acção governativa, e cada elo procura atingir objectivos diferentes, estando interligados por força das suas especificidades. Esses elementos em conjunto afectam o ritmo e a qualidade da concretização do objectivo global. Por isso, todos os funcionários, principalmente as chefias, devem ter uma visão conjuntural correcta e desenvolver um espírito de equipa, de modo a articular o seu próprio desempenho no trabalho e o progresso do serviço com o desenvolvimento global. Para que a Administração, no seu todo, conheça melhores níveis de qualidade na prestação de serviços, é exigido aos funcionários e aos organismos públicos que tenham uma compreensão clara das linhas da acção governativa, sendo sua obrigação assegurar uma actuação concertada, uma coordenação eficaz e uma cooperação estreita entre eles. Só assim é que toda a Administração pode avançar a passos largos na senda do progresso.

É de salientar que ter uma visão de conjuntura não implica colocar em segundo plano os ideais da democracia nem impor uma única só vontade, pois, sem pluralismo, Macau perderá a sua singularidade. No processo de concepção de qualquer ideia ou tomada de decisão, deve-se, democraticamente, auscultar uma vasta gama de opiniões e reunir saberes. Uma vez acertada a decisão global, esta deve ser posta em execução na sua íntegra, com firmeza e sem hesitação.

Devemos, também, divulgar esta visão de conjuntura a toda a sociedade de Macau. Podemos constatar, com facilidade, que no processo de conversão económica, algumas empresas e agentes económicos são os primeiros beneficiados das transformações. Este é um fenómeno que deve ser encarado com naturalidade. Mas, também temos a noção de que, ter uma visão global e saber avançar de forma programada são factores indispensáveis para assegurar o desenvolvimento sustentado do indivíduo e da sociedade. Aquele que só sabe olhar, com ganância, para os interesses imediatos irá, com certeza, prejudicar os interesses a longo prazo da colectividade e dele próprio. Por isso, nunca é demais insistir na importância em manter o sentido da realidade e uma atitude pragmática, realizando o que estiver dentro das nossas capacidades. A economia especulativa trouxe grandes prejuízos de efeito duradouro a Macau. Este acontecimento histórico ficará sempre na memória da população em geral. Não devemos, nunca, esquecer as lições desta experiência dolorosa, daí que, não devemos cometer os mesmos erros, envidando esforços conjuntos para defender os interesses a longo prazo do desenvolvimento de Macau.

Uma visão correcta dos interesses globais é o que os tempos de hoje nos exigem. Esta visão de conjuntura abrange a consciência das profundas transformações e contingências próprias da nossa era. A estabilidade e o desenvolvimento são duas vertentes essenciais desta afirmação. A estabilidade é o pressuposto indispensável do desenvolvimento e a sua manutenção tem por fim garantir esse desenvolvimento. Por isso, a consideração de interesses globais não quer significar conservadorismo saudosista. E mais, só tendo uma noção clara da evolução dos tempos é que podemos alcançar o desenvolvimento na estabilidade e só assim é que podemos defender os interesses globais.

O progresso imparável da sociedade e o desenvolvimento acelerado da economia baseada em saberes vieram pôr em evidência uma verdade irrefutável: “ao navegarmos contra a maré, recuamos se não conseguirmos avançar”. Para evitar sermos ultrapassados a única via é auto-valorizarmos. Para nós, o espírito de modernidade tem dois significados: 1. As experiências e conhecimentos adquiridos no passado nem sempre são úteis para os projectos de desenvolvimento de hoje. A permanente actualização, inovação e optimização são as únicas garantias de êxito. 2. Aqueles que estão mais atrasados neste processo de transformações devem redobrar os seus esforços para ultrapassar ideias desactualizadas. Só assim é que podem evoluir com os tempos e usufruir os resultados do sucesso global.

Com a abertura e desenvolvimento de Macau, foram aqui introduzidas, com celeridade, experiências, métodos de trabalho, modos de vida e outros modelos avançados. Esta tendência é muito favorável para o desenvolvimento conjuntural de Macau. Podemos constatar que neste processo, as empresas locais e agentes económicos que têm uma atitude empreendedora, com vontade de aprender e dotadas de espírito de inovação puderam crescer e ganhar maturidade no âmbito da sua interacção e concorrência com o exterior. Os novos factores resultantes do desenvolvimento acelerado de outros países e territórios, e de Macau, representam uma grave ameaça aos operadores e cidadãos que ainda estão agarrados a modelos obsoletos. Estas empresas e pessoas se não se empenharem na modernização, continuando a viver na dependência, não irão usufruir da recuperação global, antes pelo contrário, poderão entrar numa situação cada vez mais difícil.

A prosperidade e o progresso de Macau dependem do labor conjunto do Governo e da população no seu todo. Os cidadãos devem trabalhar com dinamismo e autoconfiança e o Governo da RAEM não deixará de conceder o apoio necessário às empresas e particulares mais fragilizados. Fizemos um balanço rigoroso dos resultados das medidas de apoio a curto prazo levadas a cabo ao longo do ano e avaliámos os seus sucessos e insuficiências. Em relação aos aspectos menos bem sucedidos, iremos tomar providências para o seu aperfeiçoamento. Face às solicitações dos sectores sociais e tendo em atenção as condições objectivas, decidimos, na medida das nossas capacidades, implementar as seguintes medidas de apoio, no próximo ano, com vista a proporcionar um ambiente mais favorável para a vida da população e dos empresários:

- ***No domínio da redução e isenção fiscais***

- Redução em 25 % do imposto profissional a toda a população activa;
- Isenção da contribuição industrial do ano 2003;
- Redução em 500 patacas da contribuição predial para todos os empresários e proprietários de fracções habitacionais, ficando isento do seu pagamento nos casos em que o montante devido seja igual ou inferior a 500 patacas;
- Isenção da taxa da licença de reclamos e tabuletas das unidades comerciais;
- Isenção do imposto de turismo dos restaurantes.

A aplicação desta política de redução e isenção fiscais implica uma diminuição de receitas fiscais na ordem de 250 milhões de patacas no ano de 2003.

- ***No domínio do apoio ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas e promoção do emprego***

- Lançamento do Programa de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas. O Fundo de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas irá garantir os empréstimos bancários dessas empresas em 50 % do empréstimo efectuado, cujo limite máximo é de 3 milhões de patacas. O limite máximo do total dos empréstimos abrangidos neste programa é de 400 milhões de patacas. Não há limitações quanto ao modo de aplicação do empréstimo. Os sectores financeiro e de diversões não estão abrangidos neste programa.
- Lançamento do Programa de Financiamento de Projectos de Pequenas e Médias Empresas. O Fundo de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas irá garantir em 100 %, os empréstimos bancários efectuados pelas pequenas e médias empresas, cujo limite máximo é de 1 milhão de patacas. Os capitais só podem ser aplicados para fins de desenvolvimento, reconversão e

inovação das empresas. O limite máximo do total dos empréstimos abrangidos neste programa é de 100 milhões de patacas;

- Lançamento do Programa de Crédito para o Aperfeiçoamento da Exploração das Pequenas e Médias Empresas. O Fundo de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas irá conceder empréstimos sem juros às pequenas e médias empresas. O limite máximo de cada empréstimo é de 100 mil patacas, isento de juros. Os capitais só podem ser aplicados na aquisição de equipamentos e obras de beneficiação. O limite máximo do total dos empréstimos abrangidos neste programa é de 100 milhões de patacas;
 - Apoiar a população a desenvolver projectos de iniciativa privada. No próximo ano será posto em prática o “Programa de Apoio ao Arranque de Novas Empresas” que visa incentivar a população, designadamente os jovens, a criar empresas e postos de trabalho. Será disponibilizado um total de 100 milhões de patacas para este programa;
 - Simplificar os procedimentos respeitantes ao licenciamento de estabelecimentos de restauração, acção a concretizar até finais do primeiro semestre;
 - Simplificar os procedimentos em relação ao licenciamento de obras de renovação de fachadas de edifícios e obras de pequena dimensão, acção a concretizar até finais do 1º semestre.
- ***No domínio do apoio aos grupos sociais fragilizados***
 - Atribuição excepcional de uma verba de 20 milhões de patacas destinada a apoiar 3 grupos sociais mais fragilizados, a saber: famílias monoparentais, famílias com membros deficientes e famílias com membros que padecem de doenças crónicas;
 - Reforço orçamental no valor de 10 milhões de patacas, destinado a subsidiar material escolar, por forma a apoiar os estudantes carenciados.

- ***No domínio da elevação qualitativa dos recursos humanos***
 - Continuar a aplicar a verba de 400 milhões de patacas, disponibilizada este ano, para acções de formação com reconhecimento oficial destinadas aos desempregados com curso secundário incompleto, desempregados do sector de serviços e os diplomados do ensino superior à procura de emprego.

- ***No domínio da promoção da construção de infra-estruturas e incentivo ao consumo interno***
 - O Governo irá aumentar os investimentos públicos dentro dos quais, os respeitantes a projectos de infra-estruturas a lançar no próximo ano, envolvem verbas no valor de 1 800 milhões de patacas. Estes projectos irão proporcionar à população mais de 8 000 postos de trabalho.

Em resposta às necessidades de desenvolvimento global da sociedade, o Governo, no próximo ano, irá promover a revisão do regulamento do imposto profissional, propondo passar de 85 000 para 95 000 patacas, o valor do rendimento com direito a isenção fiscal e reduzir a taxa do imposto de 10 – 15% para, respectivamente, 7 % e 12 %. Os funcionários públicos e demais pessoas que beneficiavam de isenção do imposto profissional no passado, passarão a estar sujeitos a este imposto, com vista a afirmar o princípio de igualdade de deveres na sociedade. Antes da redacção final do projecto de alteração e a sua apresentação à Assembleia Legislativa para efeitos de apreciação, o Governo irá promover uma consulta alargada junto das associações representativas de funcionários e outras associações.

Ao adoptar essas medidas de apoio aos cidadãos e estímulo das actividades económicas, temos de deixar bem claro o seguinte: em primeiro lugar, algumas dessas medidas a curto prazo, levadas a cabo pelo Governo, visam auxiliar as empresas e os cidadãos em situações de dificuldade em momentos específicos. Portanto, pretendemos que estas diligências possam servir de estímulo para a sociedade continuar a lutar e a progredir, não devendo, nunca, ser entendidas como meios para prolongar a dependência. Em segundo lugar: pretendemos que essas medidas possam reduzir de forma adequada as diferenças de condições de vida, exploração comercial e emprego dos cidadãos, reforçando a coesão social e incentivando a população a lutar solidariamente pela prosperidade geral. Em terceiro lugar, a RAEM não dispõe de reservas financeiras folgadas e, por isso, o Governo não deve, nem irá, actuar sem sentido de contenção, pondo em risco os alicerces da RAEM. O Governo irá exercer um controlo rigoroso das despesas a fim de enriquecer as nossas reservas, consolidando, assim, as bases para o desenvolvimento futuro de Macau.

CONCLUSÃO

Excelentíssima Senhora Presidente,

Excelentíssimos Senhores Deputados,

No momento em que dedicamos todas as nossas energias para alcançar o progresso, as seguintes vantagens básicas de Macau constituem, seguramente, elementos essenciais que garantem o nosso sucesso: Lei Básica consubstancia o fundamento para a manutenção do desenvolvimento estável e saudável da sociedade; o amor pela Pátria e por Macau é uma tradição, por excelência, para manter a coesão dos sentimentos da população. Neste período em que a RAEM se encontra, ainda, nos seus primeiros anos, a sua população, salvaguardada pelas garantias consagradas na Lei Básica, têm sempre demonstrado amor pela Pátria e por Macau, espírito de entreatajuda e vocação empreendedora. Esta atitude trouxe-lhe como recompensa a recuperação contínua e a prosperidade progressiva. Esta experiência deve ser, por todos, acarinhada. Actualmente, Macau prepara-se para entrar numa nova fase de desenvolvimento, na qual, uma aplicação plena da Lei Básica e uma maior divulgação do espírito de amor pela Pátria e por Macau irão, certamente, permitir que todos nós, sem perder de vista o contexto global, prossigamos, com uma atitude inovadora e solidária, na construção de um cenário de prosperidade.

Até ao momento, a RAEM lançou as bases para duas iniciativas importantes: realizámos a abertura da economia e demos os primeiros passos do processo da reforma administrativa. Estas duas iniciativas são os aspectos essenciais mais visíveis do presente estado de Macau e tem um significado nuclear. Têm em comum a preocupação de responder às necessidades urgentes e a longo prazo do desenvolvimento de Macau na esteira da evolução mundial e também vão ao encontro das grandes aspirações da população e do consenso generalizado da sociedade, tendo, por conseguinte, uma base sólida; ambas as acções são fruto do honroso esforço e do sonho idealizado das gentes de Macau nesta nova era, sob os auspícios dos princípios “um país, dois sistemas”, “Macau governado pelas suas gentes” com alto grau de autonomia e conscientes do seu papel de serem hoje donos do seu próprio destino.

As boas perspectivas de desenvolvimento de Macau têm subjacente um significado que é preciso ter sempre em conta. Ele representa um desafio que comporta o seguinte aspecto essencial: é necessário estarmos cientes da distância entre a qualidade dos nossos trabalhos, as nossas capacidades e recursos e os objectivos estratégicos a que propomos alcançar. Assim, todos os trabalhadores da função pública e os serviços públicos devem fazer uso pleno das condições de trabalho existentes para atingir a eficácia desejada. Porém, devem agir conforme as suas capacidades, sem protagonismos cegos. Os trabalhos que não têm viabilidade não devem ser executados. Aqueles que estão acumulados, não devem ser realizados à pressa, em detrimento da sua qualidade e eficácia, mas sim, de forma gradual e faseada. Mais vale ser prudente do que obter resultados que prejudiquem gravemente os interesses da população. Por outro lado, devemos reduzir, quanto antes, os trabalhos que não trazem benefícios à população, promover a cooperação entre serviços e partilhar os recursos, tendo em vista evitar os desperdícios resultantes de situações de duplicação de funções. Devemos investir os recursos que conseguimos economizar em actividades que merecem ser incrementadas para que o Governo possa, com um mínimo de meios, providenciar um maior leque de serviços à população.

Devemos ter um domínio sólido e consciencializado do significado das grandes transformações dos nossos tempos, tirando partido das oportunidades e desafios. Devemos ter a modéstia de aprender com os outros e a coragem para mudar os rumos, fazendo frente às situações novas do futuro. Temos a obrigação de saber aceitar fenómenos novos e enfrentar desafios imprevistos; temos a obrigação de saber resistir a contratemplos nunca antes vividos. Devemos consolidar os trabalhos realizados e ter, também, a ambição para explorar novos rumos. Devemos manter as tradições de excelência e não ter medo de inovar. Temos capacidades para realizar tudo isto porque acreditamos que Macau pode realizar voos mais altos. Também é importante que o espírito de iniciativa esteja aliado ao sentido de responsabilidade. Devemos saber colocar as aspirações de liberdade no mesmo plano que as responsabilidades que lhes são inerentes. Os interesses imediatos devem, sempre, ser subordinados aos interesses estratégicos. Para alcançar resultados, é preciso que saibamos trabalhar com afinco e na discrição. Não devemos, nunca, sacrificar o interesse colectivo em proveito próprio. Não devemos, nunca,

sacrificar a visão global para beneficiar o que é parcial. Não devemos, nunca, prejudicar o pluralismo em favor de abordagens de unicidade. Não devemos, nunca, hipotecar o nosso futuro para atingir sucessos de curto alcance. O nosso objectivo é correcto e claro. O caminho que temos de trilhar é longo e tortuoso. Desde que as gentes de Macau possuam força de vontade e persistência para realizar os projectos de forma programada, desde que tenham largueza de espírito e generosidade para, com coragem, pagar os custos necessários à realização dos seus sonhos, estamos certos que Macau terá um futuro mais belo e promissor.

Ao terminar, permitam-me reiterar os votos de agradecimento à Assembleia Legislativa pela fiscalização e cooperação dispensadas ao Governo. O Governo irá continuar a colaborar, de forma leal, com a Assembleia Legislativa para assegurar que as acções da responsabilidade do Executivo e da responsabilidade desta Assembleia possam sempre acompanhar as transformações sociais, indo ao encontro das expectativas da população.

Por último, não queria deixar de endereçar os meus sentidos agradecimentos a toda a população de Macau que, ao longo dos tempos, tem vindo a dispensar a sua uma valiosa colaboração e um grande apoio aos trabalhos desenvolvidos pelo Governo da RAEM.

Tenho dito.

Obrigado Senhora Presidente. Obrigado Senhores Deputados.